



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 14 de dezembro de 2010

Nº 11.793 - Processo nº 53524.006476/2008. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 01.236.881/0001-07, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto averiguar o descumprimento do art. 54 c/c 55, III do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, decidiu, em sua Reunião nº 589, realizada em 25 de novembro de 2010, conhecer do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se assim a sanção de multa determinada pelo Ato nº 954, de 8 de fevereiro de 2010, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 543/2010-GCJV, de 18 de novembro de 2010.

Em 15 de dezembro de 2010

Nº 11.882 - Ref : Processo nº 53500.028193/2005. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. (GVT), CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24, e o Pedido de Reconsideração Parcial apresentado pela empresa VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, em face da decisão do Conselho Diretor substanciada no Despacho nº 7.205/2009-CD, de 9 de outubro de 2009, no que concerne à manutenção do reajuste de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao VU-M e aos seus efeitos ex-nunc a partir de 18 de fevereiro de 2008, respectivamente, constante dos autos do Processo em epígrafe, por meio da Reunião nº 591, de 9 de dezembro de 2010, decidiu, pelas razões e fundamentos constantes do Voto apresentado pelo Conselheiro Jarbas Valente, datado de 26 de agosto de 2010:

a) conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado pela empresa GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. (GVT), CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24, e, no mérito, negar-lhe provimento;

b) conhecer do Pedido de Reconsideração Parcial apresentado pela empresa VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para declarar que a decisão da Comissão de Arbitragem, emitida por meio do Despacho nº 03/2008, de 18 de fevereiro de 2008, tenha seus efeitos estendidos até a data da propositura do pedido de arbitragem, qual seja, 26 de outubro de 2005.

Em 3 de janeiro de 2011

Nº 9 - Processo nº 53524.006010/2005. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o recurso administrativo interposto pela CTBC CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 05.835.916/0001-85, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados por meio do Ato nº 2.814, de 13 de maio de 2008, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de descumprimento de obrigações referentes ao Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - R SMP e Plano Geral de Metas de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal - PGMQ-SMP, decidiu, em sua Reunião nº 587, realizada em 11 de novembro de 2010, não conhecer do recurso, ante a ausência de pressuposto processual para sua admissibilidade, qual seja a tempestividade, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 503/2010-GCER, de 05 de novembro de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 8.488, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 29105.000084/1990, TELEVISÃO TRANSMÉRICA LTDA - na localidade de Curitiba - PR. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatária deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 106, DE 4 DE JANEIRO DE 2011

Processo nº 29104.000137/1990, TRIANON SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - na localidade de Belo Horizonte - MG. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatária deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 954, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Processo nº 53524.006476/2008. Aplica a Brasil Telecomunicações S/A CNPJ nº 01.236.881/0001-07, a sanção de multa no valor de R\$ 23.370,94 (vinte e três mil, trezentos e setenta reais e noventa e quatro centavos), pelo não cumprimento do disposto nos arts. 54 e 55 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado pela Resolução n. 272, de 09/08/2001.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.543, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010

Processo nº 53516.002479/2008. Aplica a EXPEDITO MALAQUIAS DA SILVA, portador do CPF nº 467.761.769-49, a sanção de cassação de todas suas Licenças para Funcionamento de Estação de Rádio do Cidadão, tendo em vista infringência aos itens 5; 6.7 e 20, "e" todos da Norma nº 01 A/80 - Serviço Rádio do Cidadão, ou seja, uso de equipamento não homologado, , potência do transmissor diversa da autorizada, frequência diversa da autorizada.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES
BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS
JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DA COSTA RICA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO "INCORPORAÇÃO DE TERAPIAS NÃO-
CONVENCIONAIS E COMPLEMENTARES NOS SERVIÇOS
DE SAÚDE DE ATENÇÃO DIRETA ÀS PESSOAS E
DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE
MENTAL DE BASE COMUNITÁRIA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1997;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Incorporação de Terapias Não-Convencionais e Complementares nos Serviços de Saúde de Atenção Direta às Pessoas e Desenvolvimento de Estratégia de Saúde Mental de Base Comunitária" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é fortalecer os serviços de saúde de atenção direta das pessoas de Costa Rica com os novos enfoques terapêuticos, a fim de melhorar a saúde da população costarriquenha.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde do Brasil como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Costa Rica designa:

a) o Ministério da Saúde da Costa Rica como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, bem como pela execução das referidas atividades.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Costa Rica as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo costarriquenho, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Costa Rica, cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Costa Rica.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data em que ambas as Partes comuniquem o cumprimento de seus requisitos internos e terá uma vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objetivo, exceto se uma das Partes manifestar o contrário.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.